EVOLUÇÃO E OBSTÁCULOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ALINHAMENTO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

TELMA DE FÁTIMA IGLESIAS DOS SANTOS

RESUMO
O objetivo deste estudo é realizar uma análise crítica e pedagógica dos progressos e desafios enfrentados pela Educação Infantil, desde sua origem histórica até o presente momento, destacando as necessidades essenciais que não devem ser negligenciadas. Atualmente, persistem debates sobre a organização do cuidado e da educação das crianças de 06 meses a 06 anos na Educação Infantil. No entanto, através de uma revisão bibliográfica de autores preocupados com a qualidade educacional, ressalta-se que o cuidado é parte integrante do processo educativo, sendo necessário um enfoque integrador. Embora a legislação reconheça a criança como sujeito de direitos, incluindo o direito a uma educação de qualidade, a Educação Infantil brasileira tem feito progressos significativos nos últimos anos. No entanto, ainda existem numerosos desafios a serem superados para garantir um ensino de qualidade acessível a todos. Portanto, este artigo propõe ir além dos limites da Educação Infantil, discutindo a questão do ensino de qualidade e realizando uma análise da atuação profissional dos docentes que trabalham neste nível de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação profissional. Avanços. Desafios. Educação Infantil. Educação de qualidade.

ABSTRACT
The aim of this study is to conduct a critical and pedagogical analysis of the progress and challenges faced by Early Childhood Education, from its historical origins to the present moment, highlighting essential needs that should not be overlooked. Currently, debates persist regarding the organization of care and education for children aged 6 months to 6 years in Early Childhood Education. However, through a bibliographic review of authors concerned with educational quality, it is emphasized that care is an integral part of the educational process, necessitating an integrative approach. Although legislation recognizes the child as a subject of rights, including the right to quality education, Brazilian Early Childhood Education has made significant progress in recent years. However, there are still numerous challenges to be overcome to ensure quality education accessible to all. Therefore, this article proposes to go beyond the boundaries of Early Childhood Education by discussing the issue of quality education and conducting an analysis of the professional performance of teachers working at this level of education.

KEYWORDS: Professional performance. Progress. Challenges. Early Childhood Education. Quality education.

INTRODUÇÃO

No período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, que inclui alguns artigos que regulamentam a Educação Infantil, a responsabilidade pela educação das crianças era principalmente das famílias, especialmente das mães. Com o avanço da industrialização e a entrada da mulher no mercado de trabalho, surgiu a necessidade de estabelecer instituições para atender às crianças que viviam em condições de pobreza, visando reduzir a taxa de mortalidade infantil no país durante o século XIX, enquanto as mães estavam ocupadas nas fábricas.

Atualmente, a Educação Infantil tem sido marcada por um cenário de maior reconhecimento e também por mudanças em sua trajetória institucional, passando do assistencialismo para uma abordagem mais educacional. No entanto, apesar dos avanços desde a promulgação da Constituição de 1988 e da implementação de novas leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação1 (LDB), a Educação Infantil ainda enfrenta diversos desafios.

Este estudo tem como objetivo discutir os avanços e retrocessos existentes, destacando os desafios enfrentados pela Educação Infantil, especialmente no que diz respeito ao cuidado e à educação das crianças, com ênfase na qualificação dos professores que atuam nesse campo. De acordo com Oliveira (2002), é crucial analisar as competências e

habilidades dos professores que trabalham nesse nível de ensino, pois isso influencia diretamente no desenvolvimento e na aprendizagem significativa das crianças. Portanto, a formação contínua dos professores é essencial para garantir uma educação de qualidade, baseada no desenvolvimento integral da criança.

Assim, este estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar criticamente os avanços e desafios da Educação Infantil, bem como as perspectivas e a formação dos professores que atuam nesse campo, com base na teoria e na prática, conforme discutido por autores renomados na área, como Zilma Ramos de Oliveira e Moyses Kuhlmann Jr. Além disso, foram realizadas pesquisas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)2, que são fundamentais para a construção da Educação Infantil.

EVOLUÇÃO E OBSTÁCULOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ALINHAMENTO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Ao analisarmos o contexto histórico da Educação Infantil, é evidente que por muitos séculos a responsabilidade pela educação das crianças recaía inteiramente sobre a família, principalmente sobre as mães, que desempenhavam o papel de cuidadoras do lar e educadoras dos filhos.

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. É por meio dela que transmitimos conhecimentos, habilidades e valores que moldam o futuro de nossas crianças. Nesse contexto, o Rcnei – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – desempenha um papel crucial, fornecendo diretrizes e orientações para os profissionais que atuam nessa etapa educacional. O Rcnei foi instituído pelo Ministério da Educação do Brasil e tem como objetivo promover a qualidade e a equidade na educação infantil. Ele é um documento norteador que estabelece as bases para o planejamento, execução e avaliação dos currículos das instituições de educação infantil em todo o país. Para compreender a importância do Rcnei, é necessário entender que a educação infantil é uma fase crucial no desenvolvimento das crianças. É nessa etapa que elas começam a construir suas bases cognitivas, sociais e emocionais, além de despertarem para a autonomia e a criatividade. Portanto, um currículo bem estruturado e adequado às necessidades das crianças é fundamental para garantir seu pleno desenvolvimento. O Rcnei fornece diretrizes para o planejamento curricular, considerando as especificidades da idade e do estágio de desenvolvimento das crianças. Ele aborda diferentes áreas do conhecimento, como linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, entre outras. Além disso, o documento destaca a importância da brincadeira e do desenvolvimento da afetividade no processo educativo. Ao seguir as orientações do Rcnei, os profissionais da educação infantil podem garantir uma prática pedagógica consistente, que estimule o desenvolvimento integral das crianças. Isso inclui não apenas o aspecto intelectual, mas também o emocional, social e motor. Dessa forma, as crianças podem explorar seu potencial de forma lúdica e prazerosa, construindo conhecimentos de maneira significativa. É importante ressaltar que o Rcnei não substitui a assessoria jurídica e que os profissionais da área devem contrastar as informações presentes neste artigo com fontes oficiais e especializadas. Cada situação é única e pode exigir análises específicas. Portanto, é fundamental contar com profissionais capacitados para orientar as decisões e ações relacionadas ao campo da educação.

Enquanto os maridos se ocupavam com o trabalho nas lavouras e engenhos para prover o sustento da casa, as mães tinham a incumbência de procriar e garantir a educação dos filhos. Durante esse período, as crianças aprendiam as normas e regras de sua cultura por meio da participação nas tradições e convívio com os adultos, e a infância era vista como um estágio que se estendia até os sete anos de idade, após o qual as crianças eram consideradas adultos em miniatura e passavam a exercer os mesmos trabalhos que os adultos.

No entanto, o alto índice de mortalidade infantil, decorrente de condições precárias de higiene, desnutrição, má alimentação e várias epidemias, juntamente com a grande

quantidade de crianças abandonadas nas ruas devido à exploração sexual e às desigualdades socioeconômicas das famílias, levaram à necessidade de programas assistenciais. Um dos primeiros programas a serem implementados foi a roda dos expostos ou roda dos enjeitados, destinada a acolher crianças pobres ou abandonadas. Contudo, devido à incapacidade de acolher todas as crianças e às condições precárias dessas instituições, como resultado, muitas delas acabaram sendo desativadas.

Os esforços para mitigar a mortalidade infantil começaram a surgir com os avanços nas pesquisas realizadas por médicos higienistas. Paralelamente, o país estava passando por uma fase de transição com o advento da urbanização e industrialização no século XIX, o que levou à entrada das mulheres no mercado de trabalho. Como resultado, houve a necessidade de criar instituições para cuidar das crianças, uma vez que as mães trabalhadoras as deixavam aos cuidados de "criadeiras", que muitas vezes não ofereciam os cuidados adequados, levando, por vezes, à morte das crianças.

Diante desse cenário, os donos das fábricas passaram a estabelecer instituições para substituir a roda dos expostos, visando atender às necessidades das crianças. Com as mudanças sociais em andamento, especialmente o novo papel das mulheres e a crescente preocupação com o bem-estar das crianças, surgiram as primeiras creches. Essas instituições foram concebidas como um “mal necessário”, planejadas com foco na saúde das crianças, incluindo rotinas de triagem, lactários e pessoal auxiliar de enfermagem, com uma forte ênfase na higiene física, conforme destacado por Kuhlmann Jr. (1998). Oliveira (2002), por sua vez destaca que o jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternais ou qualquer nome dado a instituições com características semelhantes às Salles d´asile francesas- seriam assistenciais e não educativas.

Partindo desse entendimento, os primeiros jardins de infância começaram a surgir, frequentados pelos filhos das famílias mais privilegiadas economicamente. Nessas instituições, a educação era o principal foco, proporcionando um ambiente estruturado e voltado para o desenvolvimento integral das crianças. Em contrapartida, as creches destinadas às crianças de famílias socioeconomicamente desfavorecidas tinham como principal objetivo o assistencialismo, concentrando-se no cuidado básico, alimentação, higiene e garantindo um local seguro para as crianças enquanto seus pais trabalhavam. É importante destacar que essas instituições não surgiram para atender às necessidades das crianças, mas sim às demandas do mercado de trabalho que necessitava da mão de obra feminina.

Mesmo nos dias de hoje, persistem algumas controvérsias sobre a abordagem da educação das crianças pequenas, especialmente no que diz respeito à integração entre cuidar e educar na Educação Infantil. No entanto, é possível perceber que a educação é um processo intrinsecamente sociocultural e político. Diante das transformações sociais em curso, as instituições educacionais começaram a demonstrar uma crescente preocupação com a qualidade da educação oferecida às crianças.

Nesse contexto, surgiram diversas iniciativas voltadas para repensar e redefinir as funções da Educação Infantil. Apesar das muitas lutas e desafios enfrentados, esses esforços foram fundamentais para iniciar os primeiros avanços na abordagem e práticas educacionais voltadas para as crianças pequenas. Como destacado por Paschoal e Machado (2009, p.1 apud GASBARRO et al, 2011, p.24), esse período foi marcado por uma série de mudanças e debates A partir da promulgação na legislação brasileira da Constituição Federal de 1988, reconhece-se que é um direito da criança o acesso à creche, que a mesma não seria apenas uma dicotomia assistencialista, porém, estava ela voltada para o campo educacional. Muitos são os avanços obtidos na educação infantil para crianças de 0 a 6 anos por intermédio da Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996 que reconheceu a criança como um sujeito de direitos, inclusive o direito de uma educação de qualidade, onde esses avanços representam um marco nas políticas públicas assim Gomes (2009, p. 46), destaca algumas leis que reforçam essa decisão.

Muitos são os avanços obtidos na educação

infantil para crianças de 0 a 6 anos por intermédio da Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996 que reconheceu a criança como um sujeito de direitos, inclusive o direito de uma educação de qualidade, onde esses avanços representam um marco nas políticas públicas assim Gomes (2009, p. 46), destaca algumas leis que reforçam essa decisão, o Estatuto da Criança e do
Adolescente (Lei Federal 8.069/90), que baseado na "Doutrina da Proteção Integral", buscou garantir e proteger direitos para criança e adolescentes previstos na CF/88, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que também reforçou e ampliou essa perspectiva, ao tratar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o
FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de
Valorização dos Profissionais da Educação.
No entanto, é crucial permanecer atento para garantir que esses avanços não
tenham sido em vão. Como destacado por Kuhlmann Jr. (1998, p. 31), é fundamental compreender as representações da infância e considerar as crianças em sua realidade concreta, situando-as dentro das relações sociais e reconhecendo-as como agentes ativos na construção da história.
Assim, as transformações ocorridas ao longo do tempo, desde o enfoque assistencialista até a consolidação da função educativa, representaram um avanço significativo. Hoje, é reconhecido como um direito de todos e um dever do Estado oferecer uma educação de qualidade, que atenda às necessidades e particularidades de cada indivíduo. Nesse sentido, a Constituição Federal, em seu artigo 208, incisos I e IV, estabelece claramente as responsabilidades do Estado: I- educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II- educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade. .....
Partindo dessa perspectiva, a Educação Infantil foi oficialmente reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Esta etapa educacional foi estruturada em dois segmentos distintos: creches ou entidades equivalentes, destinadas a crianças de até três anos de idade; e pré-escolas, voltadas para crianças de quatro a seis anos de idade, conforme destacado por Silva (2003, p. 100).
Com as alterações subsequentes na legislação educacional, especialmente por meio de emendas constitucionais, surgiram novos dispositivos legais que modificaram o cenário da Educação Infantil. Uma dessas mudanças mais significativas foi a obrigatoriedade da matrícula de crianças com quatro anos de idade em instituições de educação, assim como a permanência na escola até os 17 anos de idade, conforme previsto na Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013, que alterou a Lei nº 9.394/96.
Essa obrigatoriedade de matrícula a partir dos quatro anos de idade impõe às instituições de ensino municipal a obrigação de oferecer vagas para todas as crianças nessa faixa etária. Caso os pais não cumpram essa exigência, estabelecida pela legislação, podem ser sujeitos a multas conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
É importante ressaltar que a Educação Infantil é uma responsabilidade do Estado, com o apoio da família e da sociedade. Essa modalidade de educação faz parte do sistema educacional e deve ser pautada por padrões de qualidade que considerem a diversidade cultural das crianças e promovam o desenvolvimento de sua identidade e autonomia.
No que diz respeito à avaliação, esta deve ser realizada por meio de registros e acompanhamento do desenvolvimento da criança, sem a finalidade de retenção ou reprovação.
Apesar dos avanços significativos na Educação Infantil, ainda há desafios a serem enfrentados. Um dos principais desafios é a falta de instituições suficientes para atender à demanda das crianças, especialmente aquelas de famílias de baixa renda. É necessário construir novas instituições para garantir o acesso e a permanência das crianças na educação infantil, conforme estabelecido por lei.
Além disso, é fundamental investir na formação contínua dos educadores que atuam nessa modalidade de ensino. A formação

de qualidade dos profissionais é essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, levando em consideração suas características individuais e necessidades específicas.

Em suma, a Educação Infantil deve ser orientada por princípios de equidade e qualidade, proporcionando experiências significativas de aprendizagem que promovam o desenvolvimento integral das crianças em todas as suas dimensões: cognitiva, psicomotora e socioafetiva.Com o objetivo de auxiliar as práticas educativas de qualidade o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 32) relata que cabe ao professor a tarefa de individualizar as situações de aprendizagens oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda simultaneamente, as demandas do grupo e as individualidades da criança.

Nesta perspectiva, frisa-se a importância do educador que atua na educação infantil em se preocupar com a organização e a aplicação das atividades para o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Deve-se levar em conta também que cada criança possui uma singularidade diferente uma da outra e que aprendem de maneiras diferentes. Por isso ressalta-se a importância da elaboração de um currículo que envolva questões como a rotina, o tempo, o espaço, materiais disponíveis.

Dentro dessa perspectiva deve-se ter uma preocupação com o desenvolvimento da criança. Assim as instituições de ensino não deve ser um lugar onde as crianças apenas comem, dormem e brincam enquanto a mãe trabalha, deve ser vista como um ambiente educativo. Contudo, ainda persistem discussões acerca da educação dessas crianças no que diz respeito ao cuidar e ao educar na educação infantil. Assim, Oliveira (2002), retomaram-se as discussões das funções da creche e da pré-escola e a elaboração de novas programações pedagógicas que buscavam romper com concepções meramente assistencialistas e/ou compensatórias acerca dessas instituições, propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Diante disso vale ressaltar que a educação infantil abrange tanto o cuidar como o educar, e são ações essenciais para a mesma. Segundo o RCNEI, o educar na educação infantil se dá através de situações que envolvam o cuidado, brincadeiras, aprendizagens. Logo, todo processo educativo requer o cuidar e o educar, porém, de maneira integradora, enfatizando a relevância do lúdico na educação infantil.

No entanto, a distância entre a teoria (que foi ensinada nos cursos superiores), e a prática exercida no dia a dia por esses profissionais estão bem distantes de se tornarem uma realidade concreta. Assim, de acordo com Faria e Palhares (2007), nossa realidade é ainda um tanto distante. Por um lado, temos um quadro de educadores pouco qualificados, e, por outro, para efeito de ilustração, temos um quadro de pais e mães oprimidos, pouco participativos na dinâmica das instituições e que, antes de tudo, necessitam de creche como um equipamento, não "podendo" reconhecê-la como um direito, mas aceitando-a como um favor.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de profissionais qualificados para atuar no nível de ensino da Educação Infantil, os quais devem possuir competências polivalentes. Não basta apenas uma formação superior, é imprescindível uma formação contínua que propicie a reflexão sobre a prática pedagógica. Esses profissionais devem ter a oportunidade de compartilhar conhecimentos entre si, enriquecendo assim suas práticas didáticas e pedagógicas diárias, sempre atentos às diferentes formas de manifestação das crianças, promovendo, assim, o seu desenvolvimento e aprendizagem.

É importante ressaltar que o distanciamento entre teoria e prática tem se tornado cada vez mais comum, contribuindo para a baixa qualidade da educação infantil. Muitas vezes, isso ocorre devido à visão estereotipada de alguns professores, que encaram a educação infantil como uma etapa de preparação para os segmentos seguintes, como o Ensino Fundamental I, em vez de reconhecerem sua singularidade e importância. A educação

infantil é o momento de explorar o lúdico, a percepção, a troca afetiva e de construção de conhecimento, sendo a porta de entrada da criança na escola. É fundamental adotar uma epistemologia que considere como se dá a construção do conhecimento na infância.

As propostas educacionais na educação infantil, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 12), devem estar fundamentadas nos princípios éticos, políticos e estéticos. No entanto, seguir essas propostas também representa um desafio para os educadores do século XXI, que muitas vezes não levam em consideração que a criança é um ser ativo na construção de sua própria identidade pessoal e coletiva. Elas brincam, fantasiam, desejam, aprendem, observam, experimentam, narram, questionam e constroem significados sobre a natureza e a sociedade, contribuindo assim para a produção cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que este estudo não teve a pretensão de sugerir perfeição no que diz respeito à Educação Infantil, mas sim de levantar questões que merecem ser destacadas. Assim, foi possível realizar uma análise crítica das práticas pedagógicas dentro das instituições de educação infantil, visando uma reflexão sobre como essas práticas estão sendo desenvolvidas.

Não há dúvidas de que a Educação Infantil é uma etapa educativa fundamental
para o desenvolvimento humano. No entanto, essa educação de qualidade só será alcançada quando for acessível a todos, baseada em princípios de equidade e qualidade, levando em consideração as especificidades de cada aluno. Reconhece-se os avanços conquistados desde o assistencialismo até a consolidação da função educativa, especialmente após as reformas promovidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), que dedicou um capítulo exclusivo para a educação infantil, reconhecendo a criança como sujeito de direitos.

Apesar desses avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados na contemporaneidade, muitos dos quais não foram abordados neste estudo, mas que também merecem destaque. É necessário ampliar os debates sobre o conceito de educação de qualidade e onde ela deve começar considerando que a criança não é uma página em branco, mas traz consigo conhecimentos prévios que devem ser valorizados pelos educadores.

É fundamental repensar o projeto educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao modelo de educação e às políticas voltadas para a educação infantil, colocando a infância como prioridade. Isso inclui considerar os aspectos físicos e materiais em que as crianças estão inseridas, além de capacitar os professores para lidar com elas de forma
adequada. Também é necessário mudar a visão em relação aos bebês, reconhecendo suas potencialidades de aprendizagem desde cedo.

O desenvolvimento integral dos alunos envolve questões relacionadas ao cuidar e ao educar, o que nos leva a questionar como isso deve ser feito. Confrontamos práticas que contradizem os princípios estabelecidos em lei, levantando questões sobre o papel do profissional da educação infantil conforme proposto pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). É importante que os educadores reflitam sobre práticas que ainda não foram modificadas, reconhecendo a criança como um ser completo e indivisível.

É essencial aprofundar a leitura crítica do RCNEI, pois os objetivos propostos muitas vezes estão distantes da realidade das instituições de educação infantil no cenário brasileiro atual, nos afastando de uma infância concreta e nos direcionando para uma criança idealizada.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. V. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da

República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998. Senado Federal, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.
FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Mariana Silveira. Educação Infantil pós- LDB: rumos e desafios. 6.ed. Campinas. Autores Associados, 2007.
GASBARRO, Ana Lúcia Marques. Estrutura e Organização da escola de Educação Infantil. São Paulo, SP: Sol, 2011.
GOMES, Marineide de Oliveira. Formação de Professores na Educação Infantil. São Paulo, SP: Cortez, 2009.
KUHLMANN JR, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases nacional. -5. Ed.- Brasília: Câmara dos deputados, coordenação Edições e Câmara, 2010.
. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasilia, DF. MEC, 1998.3.v.
OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo. SP: Cortez, 2002.
SILVA, Eurides Brito da. A educação Básica Pós-LDB. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2003.